

RELATÓRIO ANUAL 2020

COOASAVI



São Vicente de Minas - Março/2021

ÍNDICE

1. Unidades de Negócios	2
2. Diretoria e Conselhos	2
3. Mensagem da Diretoria	3
4. Área de Ação	4
5. Número de Funcionários e Colaboradores	4
6. Evolução do Quadro de Funcionários	4
7. Evolução do Quadro Social	5
8. Demonstrativo dos Serviços de Veterinários	5
9. Demonstrativo dos Custos com Carreiros	5
10. Número de Cooperados por Faixa Etária	6
11. Cotas e Juros Pagos sobre Capital Social em 2020	6
12. Cotas e Estimativa de Juros a Pagar sobre Capital Social em 2021	6
13. Estimativa de Devolução de Cotas por Idade em 2021	7
14. Faturamento Fábrica	7
15. Faturamento Bruto Filial São Vicente - Sem Ração	7
16. Faturamento Bruto Filial Liberdade - Com Ração	8
17. Faturamento Bruto Filial Piedade - Com Ração	8
18. Faturamento Total	8
19. Produção da Fábrica	9
20. Vendas de Produtos na Fábrica	10
21. Estoque de Milho em 31/12/2020	10
22. Ações Concluídas	11
23. Ações em Execução	11
24. Ações para o Futuro	12
25. Parecer do Conselho Fiscal	13
26. RA-067-2021 Relatório dos Auditores Independentes	14

1. UNIDADES DE NEGÓCIOS

MATRIZ	Rodovia MGT, 383 - KM 02 São Vicente de Minas - MG CNPJ: 64.453.095/0001-81
FILIAL SÃO VICENTE	Rua Marechal Floriano Peixoto, 193 A – Centro São Vicente de Minas - MG CNPJ: 64.453.095/0002-62
FILIAL LIBERDADE	Rua Adalgisa de Barros Mendes, 170 – Centro Liberdade - MG CNP: 64.53.095/0003-43
FILIAL PIEDADE	Rua José Brasil, 329 - Santa Terezinha Piedade do Rio Grande - MG CNPJ: 64.453.095/0004-24

2. DIRETORIA E CONSELHOS

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente	Ronaldo Reis Laredo
Diretor Administrativo	Paulo César Durço
Diretor Financeiro	José Afonso de Araújo

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Ronaldo Reis Laredo	Afonso Maria de Carvalho
Paulo César Durço	Roney Campos Meirelles
José Afonso de Araújo	Carlos Vamberto Araújo

CONSELHO FISCAL

EFETIVO	SUPLENTES
Antônio Ricardo Teixeira Meirelles	Edson de Rezende Meirelles Neto
Onofre Bueno Filho	Francisco Danilo Araújo Mendes
Pedro Vilela Araújo	Leonildo Campos Alves

3. MENSAGEM DA DIRETORIA

Caros Associados,

O tamanho e a pujança da COOASAVI estão estampados neste relatório, em que registramos o crescimento sócio econômico da Cooperativa por 30 anos consecutivos.

Os 784 associados ativos movimentaram R\$ 52,2 milhões com crescimento de 23,92% em relação a 2019, apesar da pandemia do coronavírus. Nosso Patrimônio Líquido cresceu 70,45% atingindo R\$ 22,3 milhões, com sobra líquida de R\$ 9,22 milhões em 2020, já incluindo no montante do Patrimônio Líquido. Ressalta-se que R\$ 4,45 milhões fora resgatado do crédito do PIS/COFINS, gerado no período de 2015/2019, junto a Receita Federal fruto de ação judicial impetrada pelo atual Conselho Administrativo e Diretoria Executiva.

O Ativo da Cooperativa atingiu R\$ 33,70 milhões com crescimento de 71,77%. O quadro funcional direto e indireto cresceu 12,35%, passou de 81 para 91 colaboradores que diariamente trabalham, produzem e cooperam diretamente pelos bons serviços prestados aos cooperados e a Cooperativa.

Ampliamos nossa capacidade de armazenamento de rações e fertilizantes e buscamos, incansavelmente, viabilizar a contratação de parceiros para a construção de uma unidade de beneficiamento, armazenamento e estocagem com capacidade que atenda a demanda atual e futura dos cooperados, constituindo no maior projeto regional de recepção de milho e soja.

Queremos destacar que a administração passa por momentos complicados na compra de produtos e matéria prima devido à escalada de preços, escassez de produtos e fixação dos preços aliado a prazo maior que a Cooperativa dá aos cooperados.

Por outro lado continuamos, periodicamente, na busca da excelência nas áreas administrativa, contábil, fiscal, compras, controle de estoque, TI (tecnologia da informação), fixação de preços e transparência do nosso trabalho.

Os dados aqui apresentados são robustos e demonstram uma Cooperativa forte, organizada, consolidada e que busca envolver cada vez mais os cooperados da região, fato esse que gera renda para as pessoas e viabiliza os melhores serviços para os cooperados e toda a sociedade.

Apresentamos a seguir, a todos os cooperados, o relatório de Prestação de Contas auditadas com o parecer dos auditores independentes e externos da empresa INOVEAUD AUDITORES & CONSULTORES, de Ribeirão Preto - SP, correlacionado ao exercício de 2020, de forma transparente, completa e fidedigna, cumprindo assim nosso papel de gestores da Cooperativa no presente exercício.

Finalmente apresentamos os nossos sinceros agradecimentos a todos os cooperados, funcionários, parceiros comerciais, Conselhos de Administração e Fiscal.

Atenciosamente.

4. ÁREA DE AÇÃO

Aiuruoca	Andrelândia	Arantina
Baependi	Bom Jardim de Minas	Carrancas
Carvalhos	Caxambu	Cruzília
Ibertioga	Ingai	Itumirim
Itutinga	Lavras	Liberdade
Lima Duarte	Luminárias	Madre de Deus de Minas
Minduri	Olaria	Passa Vinte
Piedade do Rio Grande	Santa Rita de Ibitipoca	Santana do Garambéu
São João Del Rei	Seritinga	Serranos e região.

5. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade
Matriz – Fábrica	39
Filial São Vicente de Minas	21
Filial Liberdade	04
Filial Piedade	03
SUB-TOTAL	67
Terceirizados	04
Carreiros	16
Veterinários	02
Zootecnista	01
Vacinador de Brucelose	01
TOTAL	91

6. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	Δ%
Admitidos	14	12	13	18	38,46
Demitidos	07	08	09	10	11,11
Total de Funcionários	51	55	59	67	13,6

7. EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	Δ%
Nº Cooperados	744	810	940	1005	6,91
Ativos	576	637	722	773	7,06
Matrículas	70	66	130	65	-50,00
Afastamento	10	01	31	16	-48,39



14 em caráter definitivo

01 por motivo de doença

01 por motivo de espólio

8. DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS DE VETERINÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	Δ%
Nº de Atendimentos	616	684	11,04
Nº de Ultrassom	1.665	1.616	-2,95
Nº de Vacinações	4.106	3.806	-7,31
Km percorridos de Automóvel	18.556	14.169	-23,64
Km percorridos de Moto	8.894	7.780	-12,53

9. DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS COM CARRETEIROS

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	Δ%
1º Trimestre	265.145,00	285.416,35	7,65
2º Trimestre	229.390,00	243.274,88	6,05
3º Trimestre	246.322,00	268.286,45	8,92
4º Trimestre	279.228,00	329.702,00	18,08
TOTAL =>	1.017.085,00	1.126.679,68	10,78

Observação: serviços prestados para a entrega de rações, insumos agrícolas, etc.

10. NÚMERO DE COOPERADOS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa	Quantidade	Capital Social	% sobre Total
Até 65 anos	595	2.321.882,33	63,18
Maior de 65 anos	63	431.657,10	11,75
Maior de 70 anos	64	425.733,30	11,58
Maior de 75 anos	84	462.003,93	12,57
Empresas Rurais	03	33.729,38	0,92
Total		3.675.006,04	100,00

45 Inativos com saldo na conta de Capital Social => R\$ 135.040,67

11. COTAS E JUROS PAGOS SOBRE CAPITAL SOCIAL EM 2020

Juros sobre o capital	216.409,36
Cotas de capital a cooperados	278.402,84
Total =>	494.812,20

12. COTAS E ESTIMATIVA DE JUROS A PAGAR SOBRE CAPITAL SOCIAL - 2021

Cotas de capital a cooperados	247.843,30
Estimativa sobre juros ao capital	220.500,36
Total =>	468.343,66

13. ESTIMATIVA DE DEVOLUÇÃO DE COTAS POR IDADE EM 2021

Devolução de cotas a cooperados que fará 70 anos/2021	72.552,67
Devolução de cotas a cooperados com mais de 70 anos	425.733,30
Devolução de cotas a cooperados com mais de 75 anos	462.003,93
Total =>	960.028,99

14. FATURAMENTO BRUTO FÁBRICA

Ano	Faturamento Bruto	Δ%
2016	25.658.759,50	***
2017	25.826.257,70	0,65
2018	29.678.397,50	18,10
2019	27.742.761,01	-6,52
2020	34.285.201,17	23,58

15. FATURAMENTO BRUTO FILIAL SÃO VICENTE - SEM RAÇÃO

Ano	Faturamento Bruto	Δ%
2016	5.793.773,39	***
2017	6.660.752,17	14,96
2018	7.866.099,88	18,10
2019	7.840.894,05	-0,32
2020	8.456.102,27	7,85

16. FATURAMENTO BRUTO FILIAL LIBERDADE - COM RAÇÃO

Ano	Faturamento Bruto	Δ%
2016	332.127,85	***
2017	2.189.077,14	9,85
2018	3.454.680,41	57,81
2019	3.957.444,81	14,55
2020	5.334.262,01	34,79

17. FATURAMENTO FILIAL PIEDADE - COM RAÇÃO

Ano	Faturamento Bruto	Δ%
2019	2.049.552,36	***
2020	4.518.903,71	120,48

Inaugurada em 22/03/2019

18. FATURAMENTO TOTAL

Ano	Faturamento Bruto	Δ%
2016	31.784.660,74	***
2017	34.676.087,01	9,10
2018	40.999.177,79	18,23
2019	41.590.652,23	1,44
2020	52.594.469,16	26,46

19. PRODUÇÃO DA FÁBRICA

19.1 - PRODUÇÃO DE RAÇÃO - SACOS DE 40 KG		Δ%
2017	235.164	***
2018	170.966	-27,29
2019	169.647	-0,77
2020	130.870	-22,86

MÉDIA 2020 EM SACO DE 40 KG

MENSAL	10.906
DIÁRIA	364

19.2 - PRODUÇÃO DE FUBÁ MINERALIZADO - SACOS DE 50 KG		Δ%
2017	123.751	***
2018	155.113	25,34
2019	150.451	-3,01
2020	130.437	-13,30

MÉDIA 2020 EM SACOS DE 50 KG

MENSAL	10.870
DIÁRIA	362

20. VENDAS DE PRODUTOS DA FÁBRICA

Ano	Milho Grãos (sc 50 kg)	Farelo Soja (sc 50 kg)	Fubá (sc 50 kg)	Ração 22% (sc 40 kg)	Polpa Cítrica (sc 50 kg)	Total (sc 40 kg)	Δ%
2016	22.440	49.050	73.374	253.179	***	434.259	***
2017	25.497	80.142	121.043	234.943	33.870	560.633	29,10
2018	28.948	87.956	152.956	170.181	65.515	589.399	5,13
2019	25.530	90.420	152.875	169.647	59.228	579.712	-1,64
2020	20.617	90.149	128.340	133.862	76.694	528.612	-8,81

21. ESTOQUE DO MILHO EM 31/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Estoque em SC de 60 kg
Cooperativa	31.564
De Terceiros	6.532

22. AÇÕES CONCLUÍDAS

- Implantação das vendas a cooperados e não cooperados nas Filiais através de cartões de débito e crédito;
- Expansão da rede de informática com aquisição de um servidor com maior capacidade operacional, tendo um servidor reserva para evitar sistema fora do ar, em caso de pane no servidor principal.

23. AÇÕES EM EXECUÇÃO

- Início das Obras de Construção do Parque Industrial para recebimento e armazenamento de milho e soja;
- Revitalização do site da Cooperativa com criação de um aplicativo para consulta imediata no celular, emissão de boletos, notas fiscais, histórico das movimentações entre outras aplicabilidades;
- Aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de controles internos, contábeis, financeiros, estoques e operacional;
- Processo de recuperação de créditos, pela empresa contratada, do PIS e COFINS referente ao ano de 2020;
- Processos de recuperação de créditos, pela empresa contratada, sobre:
 - (1) incidência da contribuição previdenciária sobre os valores referentes às verbas que não representam remuneração por serviço prestado, especialmente, sobre as verbas de natureza indenizatória;
 - (2) inexistência de relação jurídica que obrigue a Cooperativa a reter e recolher a contribuição social destinada à seguridade social, denominada de Funrural; e
 - (3) os pagamentos indevidos referentes ao imposto (IOF) de que trata a Lei nº 5.143/1966.

- Vigília permanente quanto ao crédito do ICMS para restituição nos últimos 05 (cinco) anos;
- Processo de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa.

24. AÇÕES PARA O FUTURO

- Devolução de Cotas a Cooperados interessados, com mais de 70 anos em 2021;
- Conclusão e Inauguração do Parque Industrial para recebimento e armazenamento de milho e soja;
- Comercialização da produção de grãos dos produtores para terceiros;
- Expansão da abertura de filiais nos municípios eleitos da área de atuação;
- Projeto, em estudo, para viabilizar o atendimento dos cooperados com fornecimento de combustíveis;
- Contratação de técnico especializado para assistência na agricultura;
- Capacitação de funcionários através de cursos específicos na área de atuação, inclusive para operacionalização do novo empreendimento.

25. PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS ABAIXO ASSINADOS, NA CONDIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DE SÃO VICENTE DE MINAS LTDA - COOASAVI E EM CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS EXAMINAMOS O BALANÇO PATRIMONIAL, A DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS E DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NORMALIZADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE E O RELATÓRIO DA DIRETORIA, RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

BASEADO NOS EXAMES EFETUADOS E NO RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA MRZ & INOVEAUD AUDITORES E CONSULTORES S/S, SOMOS DE PARECER QUE AS CONTAS APRESENTADAS MERECEM APROVAÇÃO PELOS SENHORES COOPERADOS.

SÃO VICENTE DE MINAS, 30 DE MARÇO DE 2021.

ONOFRE BUENO FILHO
Membro Efetivo

ANTÔNIO RICARDO TEIXEIRA MEIRELLES
Membro Efetivo

PEDRO VILELA ARAÚJO
Membro efetivo

26. RA-067-2021

**Demonstrações financeiras dos exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2020**

Relatório dos Auditores Independentes

RA-067-2021

**Cooperativa Agropecuária Mista de São
Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI**

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
e o Relatório dos Auditores Independentes**

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	1
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI
São Vicente de Minas MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI* (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI* em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentadas neste relatório para fins comparativos foram por nós examinadas, cujo Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras, datado de 26 de março de 2020, continha modificações sobre limitação de escopo sobre o saldo dos estoques e sobre o saldo dos impostos e contribuições a recuperar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 5 de março de 2021



Inoveaud Auditores e Consultores S/S
CRC 2SP033413/O-6

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.589.798	2.860.927	Empréstimos e financiamentos	12	902.800	94.248
Contas a receber	6	6.640.233	5.230.104	Fornecedores e cooperados	13	5.244.514	4.324.785
Estoques	7	8.536.940	4.383.896	Salários, férias e encargos sociais	14	283.338	333.711
Impostos e contribuições a recuperar	8	524.182	398.378	Obrigações tributárias		42.912	43.332
Adiantamentos		2.819.026	24.240	Obrigações com cooperados	15	230.060	259.933
Outros créditos	9	188.029	500.178	Outras obrigações		7.110	18.822
Total do ativo circulante		<u>26.298.208</u>	<u>13.397.723</u>	Total do passivo circulante		<u>6.710.734</u>	<u>5.074.831</u>
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos	9	-	7.373	Empréstimos e financiamentos	12	4.519.602	1.301.958
Investimentos	10	83.459	67.870	Obrigações com cooperados	15	115.307	128.428
Imobilizado	11	7.321.847	6.148.611	Total do passivo não circulante		<u>4.634.909</u>	<u>1.430.386</u>
Total do ativo não circulante		<u>7.405.306</u>	<u>6.223.854</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social		3.675.006	3.661.553
				Reserva legal		11.661.773	7.547.631
				RATES		1.122.250	515.576
				Sobras à disposição da AGO		5.898.842	1.391.600
				Total do patrimônio líquido	17	<u>22.357.871</u>	<u>13.116.360</u>
Total do ativo		<u>33.703.514</u>	<u>19.621.577</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>33.703.514</u>	<u>19.621.577</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ingresso operacional líquido	18	52.219.806	42.139.324
Dispêndios com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(38.523.717)	(34.372.918)
Sobra bruta		13.696.089	7.766.406
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal	19	(2.402.279)	(2.184.144)
Dispêndios gerais e administrativos	20	(5.282.328)	(2.705.424)
Dispêndios comerciais	21	(1.348.043)	(1.271.848)
Dispêndios tributários		(146.220)	(121.832)
Outros ingressos operacionais	22	5.034.718	430.753
		<u>(4.144.152)</u>	<u>(5.852.495)</u>
Sobra antes do resultado financeiro		9.551.937	1.913.911
Resultado financeiro			
Ingressos financeiros		337.906	393.403
Dispêndios financeiros		<u>(553.129)</u>	<u>(588.711)</u>
	23	(215.223)	(195.308)
Sobra antes do imposto de renda e contribuição social		9.336.714	1.718.603
Imposto de renda	24	(75.191)	(22.650)
Contribuição social	24	<u>(33.465)</u>	<u>(13.590)</u>
Sobra líquida do exercício		9.228.058	1.682.363
Adequações dos saldos do ativo imobilizado		-	420.639
Utilização da RATES		109.654	152.680
Transferência de resultado com terceiro para RATES	29	(262.571)	(114.760)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 30%		(2.722.542)	(642.276)
RATES – 5%		<u>(453.757)</u>	<u>(107.046)</u>
Sobra à disposição da AGO		5.898.842	1.391.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais

	Capital social	Reserva legal	RATES	Sobras a disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	3.820.977	6.066.507	446.450	838.848	11.172.782
Adequações do saldo do ativo imobilizado	-	-	-	420.639	420.639
Incorporação de sobras a reserva legal conforme deliberação AGO	-	838.848	-	(838.848)	-
Aumento de capital por admissões de cooperados	132.897	-	-	-	132.897
Aumento de capital com juros sobre o capital	216.700	-	-	-	216.700
Baixas de capital por saídas de cooperados	(509.021)	-	-	-	(509.021)
Transferência do resultado com terceiros para o RATES	-	-	114.760	(114.760)	-
Utilização da RATES	-	-	(152.680)	152.680	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	1.682.363	1.682.363
Constituição de reservas estatutárias:					
Reserva legal	-	642.276	-	(642.276)	-
RATES	-	-	107.046	(107.046)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.661.553	7.547.631	515.576	1.391.600	13.116.360
Incorporação de sobras a reserva legal conforme deliberação AGO	-	1.391.600	-	(1.391.600)	-
Aumento de capital por admissões de cooperados	131.367	-	-	-	131.367
Aumento de capital com juros sobre o capital	216.290	-	-	-	216.290
Baixas de capital por saídas de cooperados	(334.204)	-	-	-	(334.204)
Transferência do resultado com terceiros para o RATES	-	-	262.571	(262.571)	-
Utilização da RATES	-	-	(109.654)	109.654	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	9.228.058	9.228.058
Constituição de reservas estatutárias:					
Reserva legal	-	2.722.542	-	(2.722.542)	-
RATES	-	-	453.757	(453.757)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.675.006	11.661.773	1.122.250	5.898.842	22.357.871

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	9.228.058	1.682.363
Ajustes para conciliar a sobra líquida do exercício as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	274.000	260.306
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(1.410.129)	(781.747)
Estoques	(4.153.044)	103.216
Impostos e contribuições a recuperar	(125.804)	(126.107)
Adiantamentos e outros créditos	(2.475.264)	2.121.609
Fornecedores e cooperados	919.729	773.756
Obrigações com cooperados	(42.994)	63.974
Obrigações sociais, tributárias e provisão de férias e encargos	(50.793)	70.151
Outras obrigações	(11.712)	5.050
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>2.152.047</u>	<u>4.172.571</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(15.589)	(1.706)
Adequações do saldo do ativo imobilizado	(131.605)	(2.775.537)
Aquisições do imobilizado	(1.315.631)	(1.095.334)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(1.462.825)</u>	<u>(3.872.577)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	4.026.196	(1.400.034)
Aumento de capital por admissão de cooperados	131.367	132.897
Aumento de capital com juros sobre o capital	216.290	216.700
Baixas de capital por saída de cooperados	(334.204)	(509.021)
Adequações do saldo do ativo imobilizado	-	420.639
Disponibilidades líquidas geradas e aplicadas nas atividades de financiamentos	<u>4.039.649</u>	<u>(1.138.819)</u>
Aumento (redução) das disponibilidades	<u>4.728.871</u>	<u>(838.825)</u>
 Demonstrativo da variação das disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.589.798	2.860.927
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.860.927	3.699.752
Aumento (redução) das disponibilidades	<u>4.728.871</u>	<u>(838.825)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A *Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI*, com sede à Rodovia MGT 383 KM 02 em São Vicente de Minas – MG, é uma cooperativa mista de produtores rurais, fundada em 1º de outubro de 1990. A COOASAVI possui, atualmente, filial à rua Marechal Floriano Peixoto, 193 – Centro em São Vicente de Minas – MG e a Rua Adalgiza de Barros Mendes, 170 – Centro em Liberdade – MG. A Cooperativa tem como atividade preponderante a assistência aos produtores rurais no que se diz respeito ao fornecimento de insumos, rações, produtos veterinários e assistência veterinária, além do recebimento, limpeza e armazenamento de produtos agrícolas (milho).

A Cooperativa contava com 773 e 722 cooperados ativos no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, respectivamente.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.2. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1),

adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e NBC ITG 2004 – Entidades Cooperativas, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 5 de março de 2020 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Administração da Cooperativa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual estão inseridas (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cooperativa.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.3.1 Classificação reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio

do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

2.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e as variações são registradas como sobras ou perdas.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). As perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os principais critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, são a identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato ou inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração das sobras.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os numerários em trânsito e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber de clientes e cooperados

As duplicatas a receber de clientes e cooperados correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, prestação de serviços, ou ainda, repasses de recursos captados com finalidade específica junto às instituições financeiras no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Os valores a receber classificados como não circulante, são títulos com prazo de vencimento e expectativa de recebimento superior a um ano.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa “PECLD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou repassados aos cooperados, ajustadas a valor presente, aumentadas por juros, e, se necessário, ajustadas pela provisão para *impairment*.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos para a aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

2.7 Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são avaliados pelo custo de aquisição, ajustado pelo seu valor justo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a avaliação de investimentos em sociedades cooperativas pelo método da equivalência patrimonial. O valor líquido desses investimentos é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração das sobras, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outros ingressos operacionais” na demonstração das sobras.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação são:

	Taxa anual de depreciação
Edificações	2%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Veículos	8,33% a 12,50%
Equipamentos de informática	6,66% a 50%
Móveis e utensílios	6,66% a 20%

2.9 *Impairment* de ativo não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e cooperados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, previdenciária e tributária) são reconhecidas quando: a Cooperativa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Cooperativa, por alinhar um perfil de sociedade sem objetivo de lucro, não tem incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre seu resultado de operações realizadas com cooperados.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não-cooperados, são tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes, quando aplicável.

2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.15 Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissões, os cooperados tem seu capital devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista e ficam classificados no passivo circulante e não circulante conforme definido a forma de devolução.

2.16 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais - são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.18 Reconhecimento da receita

O ingresso/ receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no mercado nacional no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos juros e dos descontos.

A Cooperativa reconhece o ingresso/ receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa, conforme descrição a seguir:

2.18.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa

2.18.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamento

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

2.20 Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa ao final do exercício, com base em seu estatuto social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são provisionadas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária - AGO. Conforme estatuto social, são calculados os juros ao capital integralizado.

2.21 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1 Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa “*impairment*”

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas mediante a aplicação de percentuais estimados de perda sobre cada categoria da carteira de título a receber. Esses títulos a receber são classificados por categorias, considerando, substancialmente, a natureza do título, sua condição de recebimento (vencido ou a vencer) e as garantias existentes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Cooperativa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Cooperativa, e está de acordo com as políticas definidas. A Administração da Cooperativa identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, bem como para áreas específicas, risco de volatilidade do mercado de *commodities* agrícolas, risco de crédito e uso de instrumentos financeiros.

4.1.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra produtos agrícolas para produção e venda de ração e insumos para revenda, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado de *commodities* agrícolas). A Administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

4.1.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito de cooperados, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

As políticas de vendas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração da Cooperativa, que visam evitar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus cooperados e clientes. Os limites de crédito de cada cooperado são estabelecidos a partir do seu histórico junto à Cooperativa.

4.1.3 Risco de liquidez

É o risco de a Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxo de caixa), que são monitoradas diariamente pelo departamento de tesouraria e Administração.

4.2 Gestão do capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização tecnológica, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamentos de longo prazo.

Os recursos necessários para garantir a liquidez de suas atividades comerciais são obtidos mediante a captação de recursos no mercado financeiro das modalidades capital de giro, quando necessário.

A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de compra (ato-cooperado) de produtos agrícolas, que têm origem na decisão de venda dos cooperados. A captação de recursos é requerida para garantir a liquidez da operação, principalmente nas compras de equipamentos e capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e numerários em trânsito	118.291	86.553
Bancos conta movimento	126.258	720.803
Aplicações financeiras	<u>7.345.249</u>	<u>2.053.571</u>
	<u>7.589.798</u>	<u>2.860.927</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações são remuneradas considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

6 Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Duplicatas a receber	6.921.355	5.402.183
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(281.122)</u>	<u>(172.079)</u>
	<u>6.640.233</u>	<u>5.230.104</u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base nas análises de riscos dos créditos que contemplam a situação individual dos cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. As perdas estimadas apuradas pela Administração da Cooperativa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

7 Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercadorias para revenda	3.993.345	2.973.668
Produto acabado	265.807	180.732
Matérias-primas e outros	3.737.488	1.181.721
Compra para recebimento futuro	<u>540.300</u>	<u>47.775</u>
	<u>8.536.940</u>	<u>4.383.896</u>

A Cooperativa passou por processo de adequação de seus controles internos, sistema e controles fiscais, para registro adequado dos valores referentes aos créditos do PIS e da COFINS, tendo em vista seu enquadramento no regime não cumulativo. No decorrer do exercício de 2019, os itens de estoque passaram a ser registrados pelo valor líquido dos referidos créditos no momento das entradas.

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques e concluiu que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
COFINS	2.081.695	437.457
PIS	451.925	94.975
ICMS	512.086	373.968
ICMS CIAP	12.096	21.426
IRRF	-	2.984
Perdas estimada para não realização de créditos tributários	<u>(2.533.620)</u>	<u>(532.432)</u>
	<u>524.182</u>	<u>398.378</u>

Com o advento da Lei 10.865/2004, artigo 21, as sociedades cooperativas agropecuárias foram inseridas na regra de apuração não cumulativa das contribuições do PIS e da COFINS, cujos valores são correspondentes aos créditos sobre as aquisições de matéria prima e insumos utilizados na fábrica de ração e mercadorias adquiridas para revenda nas lojas da Cooperativa. Esses créditos são passíveis de compensação com os débitos dos tributos de mesma natureza na saída por vendas e também de ressarcimento e/ou compensação financeira, tendo em vista que as operações normais da Cooperativa, com ato com terceiros, não geram débitos suficientes para utilizar os créditos escriturados nas entradas. Dessa forma, a Administração da Cooperativa, considerando que a possibilidade de realização desses créditos nesse momento, dependerá substancialmente dos pedidos de ressarcimento junto ao fisco, decidiu conservadoramente constituir perdas estimadas para não realização no montante total dos créditos, que será revertido a medida em que os valores forem ressarcidos pelo fisco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

Os créditos de PIS e COFINS passaram a ser registrados pela Cooperativa no decorrer do exercício de 2019, como resultado do processo de adequações do sistema, dos procedimentos e dos controles fiscais e contábeis. Ainda, a Administração da Cooperativa ciente que esses créditos são passíveis de ressarcimento e/ou compensação financeira, contratou consultores tributários para a revisão e levantamento dos créditos ainda não escriturados referentes ao período prescricional e para formalizar os protocolos de pedidos de ressarcimento de todo o período atual e anterior. Esse trabalho de revisão dos créditos escriturados, levantamento dos créditos extemporâneos e seus respectivos registros, teve conclusão no exercício de 2020, quando a Cooperativa foi ressarcida no montante de R\$ 4.996.769, conforme nota explicativa 22.

9 Outros créditos

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Circulant</u>	<u>Circulant</u>	<u>Não circulant</u>	<u>Total</u>
Cheques a receber	230.327	541.222	-	541.222
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação	(75.323)	(75.322)	-	-
Aplicações financeiras	-	-	7.373	7.373
Outros	33.025	34.278	-	34.278
	<u>188.029</u>	<u>500.178</u>	<u>7.373</u>	<u>507.551</u>

O saldo de cheques a receber está composto por cheques pré-datados, cheques devolvidos e cheques com o jurídico. A Administração da Cooperativa conservadoramente constituiu um valor de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante suficiente para fazer face às possíveis perdas.

10 Investimentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ações Telemig	2.299	2.299
Cooperativa de Crédito de São Vicente de Minas	64.983	63.565
Cooperativa Cafeicultores Zona de Varginha Ltda.	16.177	2.006
	<u>83.459</u>	<u>67.870</u>

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

11 Imobilizado

Custo histórico	Saldo 1º/1/2019	Aquisições	Ajustes e reclassificações	Saldo 2019	Aquisições	Ajustes e reclassificações	Saldo 2020
Terrenos	517.368	-	-	517.368	-	-	517.368
Edificações	212.934	151.150	(264.078)	100.006	-	1.345.827	1.445.833
Máquinas e equipamentos	2.974.170	117.268	3.270.928	6.362.366	8.263	(571.493)	5.799.136
Veículos	174.724	57.596	(7.121)	225.199	-	-	225.199
Equipamentos de informática	143.049	12.729	87.432	243.210	42.849	-	286.059
Móveis e utensílios	117.615	42.047	(2.980)	156.682	26.602	-	183.284
Construções em andamento (i)	645.176	714.544	(571.493)	788.227	1.237.917	(774.334)	1.251.810
	4.785.036	1.095.334	2.512.688	8.393.058	1.315.631	-	9.708.689

Depreciação acumulada	Saldo 1º/1/2019	Adições	Ajustes e reclassificações	Saldo 2019	Adições	Ajustes e reclassificações	Saldo 2020
Edificações	(101.671)	(9.221)	82.716	(28.176)	(36.490)	(9.112)	(73.778)
Máquinas e equipamentos	(1.830.048)	(158.861)	(4.362)	(1.993.271)	(202.095)	167.327	(2.028.039)
Veículos	(129.750)	(40.846)	62.138	(108.458)	(11.822)	-	(120.280)
Equipamentos de informática	(105.809)	(21.712)	57.909	(69.612)	(13.349)	(12.992)	(95.953)
Móveis e utensílios	(79.712)	(29.666)	64.448	(44.930)	(10.244)	(13.618)	(68.792)
	(2.246.990)	(260.306)	262.849	(2.244.447)	(274.000)	131.605	(2.386.842)
Valor residual	2.538.046	835.028	2.775.537	6.148.611	1.041.631	131.605	7.321.847

(i) O saldo de construções em andamento está composto pelas construções do galpão, silo e do escritório, localizados na Matriz. Essas obras estão sendo realizadas com recursos de financiamentos, conforme nota explicativa 12.

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. – COOASAVI

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

A Cooperativa, com o objetivo de atender a adoção inicial dos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), contratou empresa especializada e no exercício de 2019, passou por um processo de adequação do cadastro analítico físico e financeiro dos bens do ativo imobilizado, bem como, a conferência física, a conferência e conciliação de documentação e a definição do valor residual e da vida útil-econômica remanescente dos bens (CPC 27), além do teste de realização dos valores recuperáveis (“*impairment*”) (CPC 01). Com o resultado dos trabalhos, foram realizados ajustes e reclassificações nas rubricas do ativo imobilizado e parte do reflexo do recálculo da depreciação e levantamento físico e documental dos bens, foram ajustados em contrapartida do patrimônio líquido por se tratar de efeitos de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração com base no trabalho realizado e considerando que a Cooperativa está com todas as suas operações em pleno funcionamento, gerando caixa, e que assim não há indicativos de necessidade de registro de *impairment* para os seus bens do ativo imobilizado e nem mesmo houve mudanças na expectativa de vida útil remanescente dos bens, manteve as mesmas taxas de depreciação no exercício correte.

12 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Encargos ao ano	Vencimento	2020			2019		
			Final	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Construção	De 6,00% a 7,94% a.a.	abr/28	902.800	4.519.602	5.422.402	94.248	1.301.958	1.396.206
			902.800	4.519.602	5.422.402	94.248	1.301.958	1.396.206

O financiamento com a finalidade de construção, classificado no passivo circulante e não circulante tem como objetivo as obras na matriz referentes à construção de novo silo para o atendimento a recepção de grãos dos cooperados e fábrica de ração, um galpão e o escritório da unidade.

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas, e as garantias são avais dos diretores e penhores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

13 Fornecedores e cooperados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores e cooperados	5.244.514	4.324.785
	<u>5.244.514</u>	<u>4.324.785</u>

O saldo é composto, substancialmente, pelos valores a pagar à fornecedores de insumos e outros produtos, que são disponibilizados nas lojas da Cooperativa. O saldo de cooperados é composto por valores a pagar relativo à aquisição de milho para utilização como matéria prima na fábrica de ração.

14 Salários, férias e encargos sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	-	86.057
Provisão de férias e encargos sociais	203.603	153.798
INSS	61.038	61.104
FGTS	16.760	13.284
Outros	1.937	19.468
	<u>283.338</u>	<u>333.711</u>

15 Obrigações com cooperados

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Cotas de capital a restituir	223.630	115.307	338.937	248.834	128.428	377.262
Juros sobre o capital (i)	114	-	114	2.555	-	2.555
Outros	6.316	-	6.316	8.544	-	8.544
	<u>230.060</u>	<u>115.307</u>	<u>345.367</u>	<u>259.933</u>	<u>128.428</u>	<u>388.361</u>

(i) Os juros sobre o capital dos cooperados, calculados no exercício de 2019, foi incorporado ao capital social no próprio exercício de 2019, da mesma forma, ocorreu em 2020.

16 Passivos contingentes

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Cooperativa não possuía nenhuma ação administrativa ou judicial em andamento no polo passivo e contava com todas as certidões negativas de débitos.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 30% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as Sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

18 Ingresso operacional líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	53.356.840	42.658.118
Deduções do ingresso bruto		
Devoluções de vendas	(304.939)	-
Impostos incidentes sobre vendas	(832.095)	(518.794)
	<u>52.219.806</u>	<u>42.139.324</u>

19 Dispêndios com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(1.233.792)	(1.144.511)
INSS	(472.646)	(425.627)
Alimentação do trabalhador	(277.423)	(251.154)
Férias e 13º salário	(232.203)	(199.248)
FGTS	(127.655)	(116.838)
PIS sobre a folha	(14.629)	(14.170)
Outros dispêndios com pessoal	(43.931)	(32.596)
	<u>(2.402.279)</u>	<u>(2.184.144)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

20 Dispêndios gerais e administrativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para não realização dos créditos (PIS e COFINS)	(2.533.620)	(596.749)
Prestadores de serviços	(1.085.291)	(535.408)
Honorários e assessoria externa	(400.870)	(378.400)
Material de consumo, expediente e conservação	(308.255)	(298.528)
Depreciação	(242.409)	(260.306)
Energia elétrica	(217.984)	(220.556)
Aluguéis	(98.527)	(95.687)
Outros dispêndios gerais e administrativos	(395.372)	(319.790)
	<u>(5.282.328)</u>	<u>(2.705.424)</u>

21 Dispêndios comerciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fretes e carretos	(1.147.348)	(1.217.189)
Comissões sobre vendas	(167.139)	(23.060)
Propaganda e publicidade	(22.100)	(23.542)
Outros dispêndios comerciais	(11.456)	(8.057)
	<u>(1.348.043)</u>	<u>(1.271.848)</u>

22 Outros ingressos operacionais

O saldo de outros ingressos operacionais está composto substancialmente pelo valor referente ao ressarcimento dos créditos tributários extemporâneos de PIS e da COFINS nos montantes de R\$ 891.316 e R\$ 4.105.453 respectivamente.

23 Ingressos (dispêndios) financeiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ingressos		
Juros incorridos	157.692	226.588
Rendimentos de aplicações financeiras	53.355	96.358
Descontos obtidos	7.350	51.783
Outros ingressos financeiros	<u>119.509</u>	<u>18.674</u>
	<u>337.906</u>	<u>393.403</u>
Dispêndios		
Juros incorridos	(181.119)	(207.387)
Juros sobre o capital (i)	(219.169)	(220.723)
Descontos concedidos	(64.505)	(85.806)
Outros dispêndios financeiros	<u>(88.336)</u>	<u>(74.795)</u>
	<u>(553.129)</u>	<u>(588.711)</u>
	<u>(215.223)</u>	<u>(195.308)</u>

- (i) Os juros calculados nos exercícios de 2020 e 2019 sobre o capital social dos associados foram integralizados integralmente líquidos das retenções, conforme legislação vigente, nos mesmos exercícios correntes.

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentos destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual. O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo lucro real com apuração e recolhimentos trimestrais.

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Base de cálculo	<u>371.227</u>	<u>151.000</u>
Imposto de Renda - 15% + adicional – 10%	<u>(75.191)</u>	<u>(22.650)</u>
Contribuição Social - 9%	<u>(33.465)</u>	<u>(13.590)</u>
	<u>(108.656)</u>	<u>(36.240)</u>

25 Benefícios a empregados

A Cooperativa provê a seus empregados benefícios de auxílio educação, vale alimentação, seguro, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Esses benefícios são registrados como despesas, quando incorridos. A Cooperativa não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego com seus empregados.

26 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal).

A remuneração dos membros dos conselhos é realizada em conformidade com o que foi estabelecido e aprovado em AGO.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

27 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização do seguinte produto:

<u>Produto</u>	<u>Unidade</u>	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
		<u>Quantidade</u>	<u>Valorização</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valorização</u>
Milho em grãos	Sacas	<u>6.532</u>	<u>513.741</u>	<u>7.390</u>	<u>359.302</u>

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

Cooperativa Agropecuária Mista de São Vicente de Minas Ltda. - COOASAVI

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

29 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971, seguem as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Considerando que a movimentação com atos não cooperativos ocorridas nos dois exercícios não foram relevantes, a demonstração está sendo apresentada de forma resumida. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentados em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2020			2019		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Sobra/ lucro antes da tributação	8.965.487	371.227	9.336.714	1.567.603	151.000	1.718.603
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda	-	(75.191)	(75.191)	-	(22.650)	(22.650)
Contribuição social	-	(33.465)	(33.465)	-	(13.590)	(13.590)
	-	(108.656)	(108.656)	-	(36.240)	(36.240)
Sobra/ lucro líquido do exercício	8.965.487	262.571	9.228.058	1.567.603	114.760	1.682.363

A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

---fim---